

Memória e ressignificação de território: de complexo da FEBEM ao Parque Estadual do Belém¹

Iara Silva Miranda de Oliveira²

RESUMO

O presente trabalho pretende apresentar uma observação participante realizada em 2023, no Parque Estadual do Belém Manuel Pitta, cujo objetivo foi compreender o espaço como um lugar de memória (Nora, 1993) para os frequentadores, moradores ou não da região. Uma memória que pode ser coletiva ou individual, evoluindo constantemente pela dinâmica entre lembrança e esquecimento, sendo “inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações” (Nora, 1993, p. 9). Em paralelo, buscou-se explorar a relação entre o visível e o invisível na memória dos eventos do Complexo do Tatuapé, onde a memória, enquanto um fenômeno que envolve a lembrança e o esquecimento, se manifesta entre os frequentadores do parque, levando-nos a compreender como esse movimento dialético entre enfraquecimento e preservação da memória se manifesta de forma distinta entre gerações, e como os próprios dispositivos de patrimonialização do espaço

Palavras-chave: Requalificação; Complexo do Tatuapé; Parque do Belém.

INTRODUÇÃO

O Parque Estadual do Belém Manuel Pitta³, localizado na zona leste da capital paulista, foi inaugurado em 2012 após um projeto de requalificação do espaço. No entorno há a comunidade Vila Nelson da Cruz, o Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros, Batalhão Militar (4º Cia 8ºBPMM), Estação de Bombeiros, além de casas, prédios residenciais e comerciais. Atualmente, o parque conta com áreas para atividades esportivas,

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, na Universidade de São Paulo. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento: 88887.192039/2025-00.

³ Inicialmente chamado de Parque do Belém, em 2013 mudou para Parque Estadual do Belém Manuel Pitta, em homenagem ao ex-presidente da Associação Sociedade Amigos do Belém-SAB (São Paulo, 2015).

tais como: quadras poliesportivas, equipamentos de ginástica, ciclovia e pista de caminhada; além disso, há também uma praça para idosos, playground, teatro café concerto, fábrica de cultura e uma Etec Parque Belém.

Em 2026, foi inaugurada a “CASA da Memória Sergio Ranalli - Tecendo Histórias”, destinada à preservação da história da instituição a partir da exposição de obras realizadas em atividades com os jovens institucionalizados. Instalada nas dependências do Núcleo de Acervo Institucional e Documental (NAID) da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, popularmente conhecido como Fundação CASA.

É importante salientar que as alterações ocorridas no espaço, atualmente destinado ao Parque, refletem alterações histórico-sociais do direito da criança e do adolescente no Estado de São Paulo, em especial pela alteração da Doutrina de Situação Irregular, expressa nos Códigos de Menores (Alvarez, 1989) para a Doutrina de Proteção Integral expressa no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Posto isto, em 1897, o espaço era uma chácara que pertencia a Thomás Luiz Álvares. A área foi cedida à Câmara de São Paulo em 1902. No mesmo ano, a Lei n. 844 criou o Instituto Disciplinar e uma Colônia Correccional na referida chácara (Ataíde, 2008). No início da década de 1990, o espaço abrigava o Instituto Disciplinar para jovens, responsável por receber jovens abandonados ou que tivessem cometido algum tipo de ato infracional — anteriormente denominado de Funabem e Pró-Menor, respectivamente.

Desde então, houve diversas mudanças organizacionais e de nomenclatura na instituição. Até meados de 2007, a área de 230 mil m² era ocupada pelo Complexo do Tatuapé com 18 unidades de internação da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), considerado o maior em operação⁴. Posteriormente, chamada de Fundação CASA, após uma série de mudanças organizacionais, tendo em vista seu histórico de violência contra os adolescentes, conflitos e rebeliões.

Por mais de 100 anos, essa área foi destinada à internação de jovens. Durante a época da FEBEM⁵, houve uma série de rebeliões em diversas unidades, marcadas por fugas e violências, evidenciando a crise da instituição. O espaço ganhou uma nova função social, assim como, a exemplo do que foi feito com o Complexo Imigrantes da FEBEM, que deu

⁴ Em 2005, abrigava cerca de 21% dos adolescentes institucionalizados do estado (Vinuto, 2018).

⁵ O modelo surgiu primeiro no nível federal com a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) em 1964. Cada estado brasileiro deveria implementar o modelo. No estado de São Paulo, a instituição foi instalada oficialmente em 1976, substituindo a Fundação Pró-Menor.

lugar ao Parque Estadual Fontes do Ipiranga e a Casa de Detenção do Carandiru⁶, que foi demolida e transformada no Parque da Juventude (Carvalho, 2022).

Diante disto, o presente trabalho se desenvolve a partir de dois momentos. Inicialmente, desenvolveu-se uma proposta de pesquisa para uma disciplina de “Pesquisa de Campo em Antropologia” sob supervisão do Prof. Dr. Júlio Assis Simões, executada em 2023. Nesse primeiro momento, desenvolveu-se uma observação participante (Santos, 2017), combinada com diálogos informais com frequentadores do Parque.

A indagação central que norteia este estudo é: como se relacionam as memórias dos frequentadores atuais do Parque Estadual do Belém Manuel Pitta com o período em que ali se encontrava o Complexo do Tatuapé, considerando as transformações urbanas e sociais resultantes do projeto de requalificação?

O segundo momento aconteceu em 2025 com a realização de um roteiro de memória, durante a Jornada do Patrimônio, na cidade de São Paulo. Durante a atividade, percebeu-se que havia uma continuação com o trabalho desenvolvido anteriormente, não apenas pelo diálogo entre as propostas, mas também porque os participantes do roteiro eram frequentadores do parque ou haviam vivenciado experiências durante o período em que o espaço era destinado à privação de liberdade.

ENTRE PRESERVAÇÃO E ENFRAQUECIMENTO: REQUALIFICAÇÃO DO ANTIGO COMPLEXO DO TATUAPÉ

A presente pesquisa se enquadra no campo da antropologia urbana, tendo em vista que a análise da relação das pessoas com o espaço envolve uma reflexão sobre o processo de urbanização da cidade, isto é, sobre os procedimentos relacionados à construção e requalificação urbana. Partimos do mesmo pressuposto que algumas pesquisas realizadas pelo Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo (NAU), segundo Mangnani (2009):

[...] a cidade, mais do que um mero cenário onde transcorre a ação social, é o resultado das práticas, intervenções e modificações impostas pelos mais diferentes atores (poder público, corporações privadas, associações, grupos de pressão,

⁶ Construída no início dos anos 1950, a Casa de Detenção foi palco de um dos maiores massacres no sistema carcerário paulista em 1992, com a execução de 111 presos. O espaço foi parcialmente desativado em 2002, com parte dos prédios sendo demolida e outra parte redefinida para o uso de estruturas remanescentes.

moradores visitantes, equipamentos, rede viária, mobiliário urbano, eventos, etc) em sua complexa rede de interações, trocas e conflitos (Magnani, p.132, 2009).

Portanto, a relevância para tal pesquisa reside na contribuição para as reflexões sobre a reconfiguração de espaços anteriormente responsáveis por medidas de privação de liberdade. Contudo, não se trata apenas de compreender a morfologia urbana, mas de decifrar os múltiplos significados, narrativas e relações simbólicas que permeiam esses locais. Visa, assim, aprofundar a compreensão não só da evolução do espaço físico, mas também das complexidades das interações humanas que o habitam e o transformam constantemente. Nesse sentido, se faz relevante a memória, especialmente a memória coletiva, isto é, o elo que une os indivíduos a uma comunidade e que organiza as referências comuns do grupo. Gabriela Alves Carvalho, em seu artigo *Carandiru e os Espaços Fraturados da Memória*, discute o conceito a partir de uma análise de Halbwachs que sugeria que a vinculação dos sujeitos à coletividade determinava a internalização das lembranças, e evidenciava a ligação entre a memória individual e a memória coletiva.

O conceito de memória utilizado por Carvalho é derivado da obra de Pierre Nora, que define a memória como uma dialética viva, representante do presente e dependente dos grupos vivos que a carregam. Incrustada no espaço, nos objetos, no concreto e nas imagens (Nora, 1993, p. 9), e suscetível às transformações de todos esses elementos, a memória coletiva do grupo dos moradores do Belém e frequentadores do parque é o objeto principal de nossa pesquisa. Nossa tentativa é, assim, tentar capturar essas tensões entre o visível e o invisível (Carvalho, 2022, p. 5), aquilo que permanece vivo na memória e aquilo que se perdeu, mesmo em um pequeno período de tempo entre a desativação do Complexo da FEBEM, a construção do parque, da ETEC, da Fábrica de Cultura.

Durante a pesquisa realizada em 2023, foram abordadas 7 pessoas — 3 pessoas vinculadas à administração do parque; 3 moradores do entorno, um deles adolescente; e 1 técnico de futebol infantil —, todos aparentam ter uma noção mesmo que vaga sobre o que havia sido o espaço anteriormente, suas falas estabeleciam-se entre memória, esquecimento e história.

Ao abordarmos um funcionário da terceira idade que estava recolhendo o lixo, perguntamos se ele sabia o que havia ali antes do parque e ele respondeu que só sabia que ali havia sido uma prisão de menores. No mesmo sentido, um jovem de 19 anos que estava treinando também respondeu que ali havia uma penitenciária, pois se recorda que

acompanhou sua avó algumas vezes para visitar um tio. Ambos pareciam ter uma noção muito vaga sobre o que havia ali, antes do parque.

Na contramão dessas noções vagas, abordou-se um senhor que aparentava ter por volta dos 40 anos e estava acompanhado de sua filha, de três anos, que brincava na pista de skate. Ao mesmo tempo, o homem assistia aos adolescentes jogando basquete numa quadra ao lado. Tanto os adolescentes quanto o homem eram moradores do Conjunto Habitacional Nelson Cruz, sendo o senhor um morador bastante ativo em trabalhos ligados à associação de moradores. Durante a conversa, descobrimos que Lucas⁷ foi professor de dança na FEBEM, de 1996 até 2012. Ele vivenciou o processo de transição da instituição que, em 2006, passou a se chamar Fundação CASA. Para ele, aquele espaço guardava muitas histórias tristes — momento em que observamos seus olhos se encherem de lágrimas. Ele contou que, quando trabalhava lá, não conseguia sair sozinho da unidade. Sempre tinha que chamar o diretor da unidade, pois os funcionários o confundiam com os adolescentes em cumprimento de medida. Aqui, é importante abrir um parêntese para tratar sobre o estigma atribuído aos adolescentes e a pejoração do que seria um “adolescente em conflito com a lei”. Lucas é um homem negro, morador da comunidade vizinha ao parque, nasceu e se criou ali. Além disso, era um educador que passou por inúmeras unidades, conhecia várias pessoas e, mesmo assim, era confundido no momento em que estava saindo do seu trabalho.

Durante a conversa com Lucas, ele contou algumas histórias do período em que trabalhou na instituição. As memórias pareciam ser carregadas de bastante dor. Enquanto educador, viu rebeliões e casos de maus-tratos. Uma das memórias trazidas por Lucas foi a relação da FEBEM com a comunidade no entorno. Ele contou que, quando os adolescentes fugiam, iam para lá, e nos momentos de rebelião, a área ficava bastante agitada. Isso causava uma relação de bastante conflito, pois havia um grande sentimento de insegurança. Um outro frequentador do parque também lembrou os episódios de tumultos e violência no entorno do parque, associando esses eventos à existência prévia do Complexo da FEBEM. Para ele, o parque representou uma transformação positiva do espaço. Ele acredita que as pessoas mais velhas na comunidade podem recordar o contexto histórico do local, mas essa seria uma minoria. Na visão dele, os mais jovens não possuem essa percepção, e o próprio parque não resgata seu passado recente para os usuários. Essa experiência evidenciou a diferença de perspectivas entre gerações e a disputa que pode ocorrer em torno da memória e do esquecimento. Ademais, expressa a relação entre o Complexo do Tatuapé e a comunidade do

⁷ Nome fictício.

entorno que não pode ser tida apenas como vizinhança, pois tratava-se de uma relação territorial marcada por conflito e negociação cotidiana.

Também realizou-se a abordagem de outro educador que estava realizando uma atividade de educação ambiental, em uma pequena sala onde havia materiais educativos e espécies de plantas e insetos, realizada frequentemente pela administração do parque. O instrutor não quis falar sobre o que sabia, pois era necessária uma autorização da administração, no entanto, ele contou que o parque realiza atividades educativas contando sobre a história do Complexo do Tatuapé da FEBEM, desde sua desativação até a construção do parque. De certa forma, além dos resquícios físicos que permanecem no espaço e da memória, o projeto dos monitores mantém viva a história das mudanças do espaço.

Refletindo sobre o conflito entre memória e esquecimento, em 2025, retornamos ao território para realizar um roteiro de memória, na Jornada do Patrimônio, na cidade de São Paulo. Durante a atividade, foi possível complementar as percepções sobre a pesquisa realizada anteriormente, permitindo uma troca de experiências e memórias daquele espaço.

Figura 1: Arte de divulgação do Roteiro de Memória



O roteiro se iniciou no Núcleo de Acervo Institucional Documental (NAID) da Fundação CASA, órgão interno responsável pela preservação do arquivo histórico da Instituição, a partir dos prontuários - os arquivos datam de 1925. As instalações do NAID são um resquício do período anterior e podem ser consideradas como memória para alguns e história para outros.

Nele, encontramos os prontuários guardados que podem ser consultados por pesquisadores e egressos maiores de 18 anos que buscam encontrar “os fios de suas vidas” (Schritzmeyer, 2013), como é o exemplo do pesquisador Roberto da Silva (1996; 2001). No entanto, esses registros oferecem apenas um lado da história, os relatórios não refletem a realidade, mas são construções feitas pelos funcionários, o que não diminui a relevância desses registros como "fontes valiosas de informação sobre a definição da situação construída durante a interação" (Vinuto, 2018, p. 237). Contudo, é crucial interpretar esses documentos considerando o contexto político e social em que foram produzidos.

Deve-se considerar principalmente o fato de que, nesses tipos de documentos, não há a fala direta do adolescente internado, ou qualquer consideração deste sobre seu próprio caso. O que consta nesses relatórios é apenas a visão dos profissionais sobre as ações do adolescente em questão, pois em qualquer informação inserida haverá viés do funcionário: seja em suas próprias considerações e caracterizações, seja na sua opinião sobre as falas e comportamentos do internado, seja no que ele escolhe para ser inserido nesse documento (Vinuto, 2018, p.240-241).

Considerando as reflexões de Nora (1993), o NAID está imerso numa interseção entre história e memória que não precisa de lugares específicos para ser preservada, mas é transportada pela história. Na percepção do autor, memória e história não são graus diferentes de aproximação do passado, mas modos radicalmente distintos de se relacionar com ele. A memória é viva porque é carregada por grupos que a habitam sem necessariamente sabê-la — ela é afetiva, parcial, vulnerável ao esquecimento e à deformação. A história, ao contrário, é uma operação crítica que toma a memória como objeto, problematizando-a e, nesse mesmo gesto, distanciando-se dela.

A memória é a vida, sempre carregada por grupo vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...]. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela alimenta de lembranças vagas, telescódo Tatpicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções (Nora, 1993, p.9).

A memória está presente naqueles que passaram pela instituição, nos familiares e, por vezes, em funcionários, ex-funcionários e educadores, assim como nós, moradores do entorno do parque, que frequentam o espaço. Já as instalações físicas que sobreviveram às reformas de requalificação do parque são resquícios estruturais da antiga FEBEM, a exemplo da instalação do NAID, o Café Concerto, antiga sala de cinema, e o prédio da Fábrica de Cultura do Tatuapé⁸

Sendo assim, considera-se o parque como um espaço dialético entre memória e história que se encontra em constante disputa de significado.

Durante a realização do roteiro, os participantes compartilharam sobre as experiências com o espaço. Uma das participantes era uma senhora com mais de 60 anos que estava acompanhada da sua filha e neta. Cláudia morou no espaço com sua família quando era o Instituto Modelo Disciplinar até completar a maioridade. Ela buscou explicar onde ficavam as “casas”, onde as famílias moram. Também reconheceu as instalações do Café Concerto, onde na época havia sessões de cinema aos sábados e missa aos domingos. Durante todo o percurso, Cláudia foi compartilhando algumas memórias daquele espaço. Ela estava indo pela primeira vez no parque para acompanhar o roteiro.

Além de Cláudia e suas familiares, havia quatro participantes que não conheciam a história do local e um funcionário da Fábrica de Cultura que, além de acompanhar o roteiro, possibilitou nosso acesso às instalações do Café Concerto e realizou um tour na Fábrica de Cultura, onde encerramos o roteiro.

Um momento importante a ser destacado foi a procura de uma árvore que representa uma forma de sobrevivência da história que vai além da permanência de estruturas físicas, tais como as instalações do NAID, a Fábrica de Cultura e o Café Concerto. A árvore que cresceu em torno de uma estrutura metálica que fazia parte de uma das grades do Complexo

⁸ Antigo Reformatório das Meninas na década de 1930, o prédio fazia parte do Quadrilátero do Tatuapé e foi incendiado em 1992 durante uma rebelião. O local, na época, era a sede administrativa da Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM).

opera como uma forma de resistência cotidiana ao apagamento, uma recusa silenciosa à narrativa que transforma o parque em um espaço sem passado.

Figura 2: Árvore com estrutura metálica em volta



Fonte: Produção Própria (2023)

Esses resquícios físicos funcionam, portanto, como *espaços fraturados* (Carvalho, 2022), onde a narrativa de apagamento encontra resistência material e simbólica. A noção de *espaço fraturado* é usada para pensar lugares que foram palco de violência institucional e que, posteriormente, passaram por processos de requalificação ou apagamento físico. No entanto, esses espaços não podem ser completamente ressignificados, pois guardam em seu âmago fraturas que são pontos de ruptura onde a narrativa oficial do progresso ou da renovação é interrompida pela irrupção de memórias que se recusam a desaparecer.

O parque, enquanto um *espaço fraturado*, está envolto em uma dupla tensão. A primeira, expressa pela relação entre o visível e o invisível, entre o que foi apagado fisicamente e o que permanece como rastro — seja material, seja nas memórias corporificadas de quem viveu ali, mesmo após a transformação do espaço. A segunda tensão se expressa entre narrativas de regeneração, isto é, de mudança da função social do espaço e a

memória das violências ocorridas no período anterior ao parque. O espaço que era símbolo de violência e exclusão se torna símbolo de cultura, lazer e cidadania, operando assim, um tipo de silenciamento, onde a nova função do espaço cria condições estruturais para que ela se enfraqueça. A arquitetura, a programação cultural, a sinalização — tudo contribui para direcionar o olhar para o presente e o futuro, e não para o passado. Mesmo com a realização de atividades esporádicas sobre a história do espaço, como mencionado pelo educador do parque, bem como pela presença do NAID, e consecutivamente pela inauguração da CASA de Memória, ainda assim, podemos considerar que opera uma lógica do silenciamento, pois em sua grande maioria, essas atividades não são amplamente divulgadas, sendo acessadas apenas por um público específico. Além disso, para acessar o NAID, é necessário a realização de um pedido formal para acessar o espaço que não é explícito, o mesmo acontece na CASA de Memória recém-inaugurada.

Ademais, é importante ressaltar que os resquícios do período anterior ao parque, operam em um duplo movimento, onde há, simultaneamente, um reconhecimento de que a memória está se perdendo, além de ser um dispositivo que tenta preservá-la, convertendo a memória em história institucionalizada.

Portanto, refletir acerca da reconfiguração de espaços anteriormente responsáveis por medidas de privação de liberdade é fundamental para compreender os diferentes modos de relação histórico-social com os espaços urbanos. Não se trata apenas de compreender a morfologia urbana, mas de reconhecer os múltiplos significados, narrativas e relações simbólicas que permeiam esses locais, considerando as complexidades das interações humanas que o habitam e o transformam constantemente. Nesse sentido, se faz relevante a memória, especialmente a memória coletiva, isto é, o elo que une os indivíduos a uma comunidade e que organiza as referências comuns do grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante o exposto, podemos observar que as falas se expressam entre a lembrança para alguns, de forma bem explícita; enquanto para outros, ele opera na chave do quase esquecimento. Além disso, a depender da idade e do local onde residiam, a lembrança sobre o período do Complexo da FEBEM é mais ou menos latente, parecendo em alguns casos motivo de sofrimento lembrá-lo.

Ademais, é possível observar que a memória do Complexo do Tatuapé não desapareceu, nem tampouco permanece intacta. Ela se distribui de forma desigual entre os

frequentadores do parque, manifestando-se de maneiras distintas a depender da relação que cada sujeito estabeleceu com aquele espaço. A exemplo de Lucas, que trabalhou na instituição por mais de quinze anos e viu rebeliões e maus-tratos, a memória é densa, afetiva e dolorosa — ela habita o corpo antes de habitar a palavra. Para Cláudia, que morou no espaço, a memória é espontânea e incorporada. Enquanto para outros, ela é vaga, fragmentada.

Simultaneamente, o parque apresenta *espaços fraturados*, o apagamento não se completou e onde a memória da violência institucional irrompe apesar da narrativa de regeneração. A árvore que cresceu incorporando as grades do antigo complexo é o exemplo mais eloquente, visto que ela não foi planejada por nenhum projeto de patrimonialização, e é precisamente por isso que carrega uma força simbólica.

Conclui-se, portanto, que há um movimento dialético entre enfraquecimento e preservação da memória, que não se resolve em favor de nenhum dos polos. Esse movimento dialético se expressa pelo diálogo com a dimensão da manutenção dos espaços físicos que remetem à história e à construção de novos espaços que contam uma história institucional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ataíde, Marlene Almeida de. Das múltiplas perdas sociais e familiares ao cometimento do ato infracional: a privação da liberdade e o árduo cotidiano na Fundação CASA. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

Alvarez, Marcos César. A emergência do código de menores de 1927: uma análise do discurso jurídico da assistência e proteção aos menores. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989.

Carvalho, G. Carandiru e os espaços fraturados da memória. GIS - Gesto, Imagem e Som - Revista de Antropologia, São Paulo, Brasil, v. 7, n. 1, p. e190656, 2022. DOI: 10.11606/issn.2525-3123.gis.2022.190656. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gis/article/view/190656>. Acesso em: 16.08.2023.

Lima, Caue Nogueira de. O fim da era FEBEM: novas perspectivas para o atendimento socioeducativo no estado de São Paulo. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/D.48.2010.tde-09032010-151702. Acesso em: 16.08.2023.

Magnani, José Guilherme. “Etnografia como prática e experiência”. *Horizontes Antropológicos*, v.15, n.32, 2009, p.129-156.

Nora, P.; Aun Khoury, T. Y. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 16.08.2023.

Santos, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.24.1, 2017, p.214-241.

São Paulo (Estado). Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. Manoel Pitta e sua influência no bairro do Belém. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/2015/09/manoel-pitta-e-sua-influencia-no-bairro-do-belem/>. Acesso em: 28 dez. 2023.

Schritzmeyer, Ana Lúcia Pastore. Fios da Vida. In: O Laboratório de Imagem e Som em Antropologia: NTSC, cor, 20 min, 2013. Disponível em: <https://vimeo.com/87861772>. Acessado em: 20.12.2023.

Vinuto, Juliana. O adolescente em conflito com a lei em relatórios institucionais. Pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé” (Febem, São Paulo/SP, 1990-2006). Tempo soc. 30 (1) • Jan-Apr 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.114545>. Acesso em 16.08.2023.